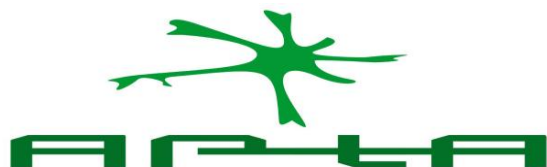


PLANO TERRITORIAL  
DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS



TERRITÓRIO  
DA CIDADANIA  
NOROESTE DE MINAS

NOVEMBRO - 2010  MINAS GERAIS  
COLEGIADO TERRITORIAL/APTA/SDT/MDA



PLANO TERRITORIAL DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
(PTDRS)

TERRITÓRIO DA CIDADANIA  
NOROESTE DE MINAS

Novembro - 2010

Minas Gerais

**Créditos oficiais**

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Inácio Lula da Silva  
MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
Guilherme Cassel  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Humberto Oliveira  
DIRETORA GERAL DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Fernanda Costa Corezola  
EQUIPE DA COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL  
Carlos Humberto Osório Castro  
Colmar Rodrigues Domingues  
Aico Sipriano Nogueira  
ARTICULADOR ESTADUAL DA SDT/MDA  
Ricardo Alves de Oliveira  
ASSESSOR TÉCNICO DO TERRITÓRIO  
Joaquim Carlos Mendes dos Santos

Elaboração  
Colegiado Territorial do Noroeste de Minas

Execução  
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)  
Consultores para elaboração e consolidação do PTDRS  
Alexandre José Firme-Vieira  
Alexei Bastieri  
Leonardo Ventura de Araujo  
Rogério Delamare Coutinho Ruas  
Paula Pereira Libório

Coordenação Editorial  
Alexandre José Firme-Vieira

Capa  
Luciana Costa Leite

Realização  
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)

Apoio  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
Contrato de Repasse 0.266.654-25/2008 via Caixa Econômica Federal

## Sumário

Lista de siglas.....	05
Apresentação.....	07
O Território Noroeste de Minas.....	08
Planejamento das ações territoriais.....	09
Linha do tempo .....	11
Metodologia.....	11
Diagnóstico Territorial.....	13
Dimensão Ambiental.....	13
Dimensão socioeconômica.....	15
Dimensão sociocultural e educacional.....	16
Dimensão Político-institucional.....	18
Identidade Territorial.....	20
Visão de Futuro.....	21
Valores e Princípios.....	21
Eixos Estratégicos para o desenvolvimento do Território Noroeste de Minas.....	22
Projetos Estratégicos.....	23
Organização do Colegiado Territorial.....	25
Gestão do PTDRS.....	28

Monitoramento e Avaliação do PTDRS.....	29
Estratégia de divulgação e apropriação do PTDRS.....	29
Fontes de Referência.....	30
ANEXOS.....	31

### **Lista de siglas e abreviações**

AE – Articuladores Estaduais

AT – Assessor Técnico Territorial

CEDRS – Conselho estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONSEA-MG - Conselho de Segurança Alimentar Nutricional de Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

GRPE - Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome

MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (do Ministério de Desenvolvimento Agrário);

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TC – Território da Cidadania

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais



## **Apresentação**

A construção coletiva do **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)** consolidou o que já foi elaborado no Território Noroeste de Minas, num trabalho de qualificação feito pelo conjunto das organizações atuantes dentro do colegiado territorial, ao longo dos últimos anos, envolvidos na elaboração participativa da política pública de desenvolvimento territorial, com a realização de espaços chamados “oficinas” para nivelamento dos conceitos, construção da metodologia de planejamento, análise dos diagnósticos disponíveis, reconhecimento da identidade territorial, construção da visão de futuro para o território, identificação dos eixos aglutinadores do desenvolvimento rural, linhas de ação do plano, projetos estratégicos, modelo de gestão social, monitoramento, avaliação e estratégias de divulgação do PTDRS. Tratou-se de levantar informações junto ao Colegiado Territorial, que contribuíram para repensar a forma de gestão do Território da Cidadania e as prioridades dos eixos estratégicos para o desenvolvimento e as ações propostas por este espaço coletivo.

O momento de firmar o compromisso chegou, manifestando quem somos, o que queremos, qual entendimento nós temos da realidade, que caminhos vamos percorrer para estabelecer nosso modo de vida rural, com abundância, justiça social e cidadania plena.

Partindo do documento feito pela Plural Cooperativa com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Relatório de Qualificação, 2006) onde foi realizado, além da síntese de dados secundários, um trabalho de campo, em Paracatu – MG no ano de 2006 com os atores territoriais no sentido de colher os dados primários capazes de consubstanciar a análise das tendências do referido território. Já no ano de 2010, através da APTA-MG, novamente com recursos oriundos de contrato de repasse com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) construiu-se em novo ciclo de oficinas territoriais a qualificação do Plano Territorial, onde o Colegiado Territorial estabeleceu o seu PTDRS, nos moldes atuais, com aprofundamento e leitura da realidade, que é própria dos atores sociais.

Quanto ao PTDRS os participantes da sua construção entenderam que é o instrumento norteador das ações territoriais e serve para melhor aplicação dos recursos do governo federal que engloba distribuição geográfica, sócio-econômica e cultural de maneira estratégica para atingir cada município nas suas necessidades essenciais e concretas.

A mudança de Território Rural para Território da Cidadania do Noroeste de Minas criou a necessidade de atualizarmos os eixos do desenvolvimento territorial, pois a política que atualmente o respalda é mais ampla no que tange o governo federal, já que engloba ações interministeriais que devem ser incluídas no planejamento, ou seja, o Território ampliou seu leque de debates e com isso precisa ampliar seus temas de trabalho que estão representados pelos eixos.

## **O Território Noroeste de Minas**

Consideramos o território como uma subdivisão do Estado de Minas Gerais para melhor aplicação dos recursos do governo federal com identidade geográfica, de pertencimento, econômica, cultural, político e social que consiste em planos de ações para maior integração dos municípios. Em linhas gerais, nós que participamos do processo de construção deste plano entendemos que o território, onde estão todas as políticas públicas convergentes do governo federal, é formado por um povo hospitaleiro, acolhedor e simples que se expressa em sua essência na culinária e na dança.

Quanto às discussões que levaram à criação do Território Noroeste de Minas, tiveram início em 2002, mas a homologação do mesmo, enquanto território de identidade apoiado pelas ações do governo federal através da SDT/MDA somente se concretizaram em 2004. Incluído no Programa Território da Cidadania, conforme decreto de 25 de fevereiro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 26/02/2008, o Território Noroeste de Minas Gerais é constituído por 22 municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Chapada Gaucha, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruana de Minas, Uruçuaia, Varjão de Minas e Vazante. É um território de grande extensão geográfica, 60.704 km<sup>2</sup>, ocupando 10,35% da área total do Estado, com uma densidade demográfica de apenas 4,8 hab/km<sup>2</sup>, sendo esta inferior a média estadual (30,5 hab/km<sup>2</sup>) caracterizando uma área rural bem expressiva, com 70% dos estabelecimentos rurais com agricultura familiar, sendo 60% do pessoal ocupado no setor agrícola, conforme os dados disponíveis estudados nas oficinas territoriais, com base nas fontes de referência (IBGE, 2006).

A produção pecuária no Território Noroeste possui uma relativa importância no cenário rural local, tanto para os agricultores familiares quanto para os não familiares. É importante destacar que segundo a Lei Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006; Art. 3º considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo,

simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Outro fato peculiar é em relação a projetos de assentamentos e acampamentos. Aqui no território concentra-se o maior número de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária de Minas Gerais: são 59 projetos com 4.012 famílias, 15 projetos Bancos da Terra e Paraterra com 249 famílias e 18 acampamentos com 814 famílias, num total de 5.257 famílias.

Aliado a isso existem as comunidades tradicionais, sendo cinco comunidades Quilombolas em Paracatu - São Domingos, Pontal, Cercado, do Amaro e Machadinho, Caatinga em João Pinheiro e duas em Formoso sendo uma delas a comunidade Askad, com 66 famílias.

Existe também a Colônia Z05, com 350 pescadores, distribuídos nos municípios de João Pinheiro, Paracatu, Lagoa Grande e Presidente Olegário.

Mapa representativo do Território Noroeste de Minas.



### **Planejamento das ações territoriais**

Devemos considerar que o território Noroeste de Minas recebeu seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 2005, num esforço realizado pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, na forma de relatório que foi qualificado pela Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços junto a então formada Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), em 2006. Além disso, houve outros instrumentos de apoio ao colegiado, todos elaborados de forma participativa com apoio metodológico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do

MDA, a saber o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica (2006) e o Plano Safra (2006). Entretanto, o colegiado atualmente formado desconhecia tais documentos e ainda não reconhecíamos como nossos, como próprios de uma construção coletiva. De qualquer forma, o PTDRS não era reconhecido pelo colegiado como um instrumento estratégico para o Território, mas este mesmo colegiado acredita que o PTDRS, agora qualificado, será norteador para futuras decisões, e percebemos ao longo desta nova fase do processo de planejamento das ações territoriais, grande expectativa para a reconstrução deste instrumento.

A fim de tornar o PTDRS um instrumento de gestão do território a APTA-MG realizou em 2010 uma série de oficinas a partir das informações publicadas pela SDT no documento “Orientações gerais para elaboração e qualificação do PTDRS - Guia de planejamento territorial” (Guia, 2010).

Ao Observar a fragilidade do colegiado, sobretudo a pouca participação de membros do colegiado, os participantes presentes na primeira oficina de qualificação definiram a necessidade de sua reestruturação e fortalecimento desta instância através da realização de um encontro específico para preparação e organização do Colegiado com o suporte da APTA-MG, pois para a gestão do PTDRS é necessário o fortalecimento da gestão social, realizada, principalmente, através dessa instância colegiada, num processo que deve ser contínuo e contar com este PTDRS como instrumento base para orientação do próprio colegiado. Buscou-se vincular os participantes com a continuidade das oficinas e da qualificação do PTDRS, e estimulou-se a participação colegiada. Na terceira oficina constatou-se que a qualificação de dados, acordada durante os encaminhamentos da 2ª Oficina em Presidente Olegário e que deveria ser feita pelos atores em suas comunidades e entidades, com o objetivo de ampliar o número de envolvidos no processo, legitimando os dados do Território, ficou restrito ao espaço das oficinas, dado que nenhum participante do território contribuiu com novas informações de suas localidades, tampouco discutiu com suas bases de maneira sistemática.

A equipe da APTA notou que, ao mesmo tempo, esta contingência de demanda por nivelamento de novos participantes parecia atrasar a conclusão do PTDRS

e questionar a qualidade do produto construído com este coletivo, mas também aproximou o Plano da realidade dos municípios e de seus atores, criando uma oportunidade a mais de disseminar a política de desenvolvimento territorial. Ainda assim, observou-se que a rotatividade de participantes durante as oficinas, a ausência de um Colegiado organizado (tendo em vista que os representantes designados como membros do colegiado eram minoria em todas as oficinas), e a pouca participação da Comissão de trabalho pode dificultar a responsabilização dos atores pelo Plano Territorial e sua gestão.

Em 2006 foi destacado que as diferentes opiniões refletem não apenas diferenças nos níveis de amadurecimento institucional das entidades e dos participantes como também perspectivas diferentes de desenvolvimento (Relatório de Qualificação, 2006). Além disso, estas diferenças também se aplicam à percepção da importância do PTDRS pelos atores, demonstrando a ausência de uma plataforma comum de discussões, que precisa ser construída pelo colegiado com aprofundamento de ações (Relatório de Qualificação, 2006).

### **A Linha do tempo...**

Nos eventos realizados pela APTA-MG, para qualificação do PTDRS em 2010, o público participante foram os representantes do colegiado territorial e os parceiros que apóiam a estratégia territorial como modelo de desenvolvimento sustentável. A primeira oficina aconteceu durante os dias 4 e 5 de março, realizada em Paracatu - MG, na qual participaram 45 pessoas de diferentes municípios e instituições. Em 13 e 14 de maio houve oficina territorial na cidade de Presidente Olegário – MG, contando com 33 pessoas de diferentes representações tais como assentados da reforma agrária, Prefeituras, Cáritas diocesana, Associação de Mulheres, CMDRS, associações rurais, IMA, Emater, STRs. A terceira oficina foi realizada na cidade de Formoso – MG nos dias 22 e 23 de junho, com a presença de 35 pessoas. Já a quarta oficina foi realizada em setembro de 2010 fechando o ciclo de oficinas para qualificação do PTDRS.

### **Metodologia**

Partindo de um documento base sistematizado pela equipe de consultoria da APTA, elaborou-se uma minuta de PTDRS para o Colegiado Territorial estabelecer o seu PTDRS, com o aprofundamento da leitura de observações e elementos, já destacados por documentos anteriores, que contribuiu um pouco mais para o excelente trabalho já realizado até aqui pelo Colegiado do Território.

Durante as oficinas buscamos utilizar atividades que permitissem a participação de todos e todas. O objetivo era contribuir para valorizar os saberes locais, a trajetória coletiva e as competências advindas do entendimento dos desafios para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, construindo um documento com “a cara do Território”. Exposições dialogadas e discussões em pequenos grupos a partir de perguntas orientadoras foram as principais técnicas utilizadas, mas buscamos sempre diversificar a abordagem para mobilizar as pessoas e garantir a participação qualificada de todos/as.

Foram utilizadas técnicas de visualização móvel e dinâmicas de grupo para promover o protagonismo e a participação social dos diferentes grupos da agricultura familiar.

Com o objetivo de avaliar e fortalecer o Colegiado Territorial para a qualificação do Plano Territorial fez-se discussão com base em perguntas geradoras, orientando os debates da plenária a partir de aproximações aos temas: **Articulação e integração das Ações Territoriais** (Quais ações e projetos aconteceram e/ou acontecem no Território? Como estes projetos e ações se articulam visando o Desenvolvimento Territorial?, etc), **Arranjo Político Institucional Local** (Quais entidades e atores sociais locais efetivamente atuam no Território contribuindo para o seu desenvolvimento? Quais ações estas entidades realizam em prol do Território? Quais entidades efetivamente fazem parte do Colegiado Territorial?, etc) , **Representação e legitimidade** (A diversidade e pluralidade de atores locais do Território tem representação/assento no Colegiado Territorial?, Encontram-se entidades no Colegiado Territorial, que representem os jovens, as mulheres, as comunidades tradicionais?); sugerimos a reflexão sobre o papel e o



funcionamento do Colegiado, assim como reforçamos a importância do Colegiado enquanto instância deliberativa máxima do Território. Esta abordagem, tem o intuito de estimular a busca dessas respostas, indicando alguns “sinais”, que se devidamente atendidos e entendidos, podem servir de referência à política territorial, e principalmente efetivar uma estrutura de participação, Gestão do PTDRS e o Controle Social no Território, objetivando aumentar o grau de acertos em prol do desenvolvimento territorial rural sustentável.

A utilização de momentos de Grupos de Trabalho (GT's) tem como objetivo principal, estimular a participação de todos/as, assim como proporcionar o intercâmbio, interação, a troca de informações e conhecimentos, como também sensibilizar, mobilizar e debater sobre temas e aspectos específicos de interesse e importância do Coletivo/Colegiado. Promovendo esta troca de conhecimentos entre os integrantes, as pessoas exercitam suas capacidades de comunicação em busca de objetivos comuns e coletivos, visando também provocar discussões e reflexões que subsidiaram a proposição e a elaboração do planejamento da gestão social do Território, bem como de propostas e projetos de apoio ao desenvolvimento territorial rural.

Para consolidação do documento, a equipe de consultores da APTA, envolvendo coordenação técnica da entidade, mediadores, facilitadores, relatores, sistematização, conteúdo, enfim, todas as áreas envolvidas, reuniram-se periodicamente na sede da entidade em Belo Horizonte e na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, na mesma capital, para encaminhamentos metodológicos e de planejamento da atividade. Tais momentos contaram, quando foi necessário, com a equipe da SDT/MDA em Minas Gerais e com a diretora geral de ações de desenvolvimento territorial e a equipe da coordenação geral de planejamento territorial, em Brasília – DF.

## **Diagnóstico Territorial**

Para a qualificação do Diagnóstico territorial, utilizou-se como ferramenta metodológica: trabalho em grupo com base nas dimensões de sustentabilidade para caracterização do território e exposição dialogada a partir dos dados sistematizados de documentos existentes. Dessa forma, conseguiu-se uma discussão mais aprofundada nos grupos e a socialização na plenária, com absorção de novas informações para a qualificação do diagnóstico. Esta metodologia foi fundamental para a valorização dos atores locais, a troca de experiência, o desenvolvimento de vínculo entre os participantes e conseqüentemente melhor apropriação da temática e maior responsabilização pelo processo de planejamento.

Após as discussões para propor linhas de ação aos problemas destacados em seu contexto de causas e conseqüências, as atividades foram finalizadas com a apresentação em Plenária, tendo como produto dos trabalhos os seguintes dados:

### **Dimensão Ambiental**

Encontramos aqui no território graves problemas ambientais, devido inclusive às grandes empresas mineradoras atuantes na região, cuja ação é fortemente poluidora. A ação poluidora das mineradoras aliada ao desmatamento para produção de carvão e à má qualidade das práticas agropecuárias no território, seja pela grande agricultura como o uso intensivo de pesticidas, o descarte inadequado, a erosão, ou pela AF como a falta de conservação de nascentes, o plantio na região da mata ciliar, entre outros, tem gerado forte impacto sócio-econômico e ambiental no território (EP, 2006). Mais dados podem ser acessados também através de estudos sobre conflitos ambientais em [www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br](http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br)

Na seqüência, apresentamos nossa análise sobre esta dimensão do desenvolvimento territorial, segundo nossas discussões, entendimentos e debates ao longo do processo de qualificação do PTDRS:

### **Dimensão Ambiental**

Causa	Problema	Consequência	Linhas de Ação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de rede coleta de esgoto</li> <li>• Falta de estação de tratamento do esgoto</li> <li>• Ausência de fossas nas comunidades rurais e construções de fossas inadequadas</li> <li>• Falta de destino adequado de dejetos humanos e animais</li> </ul>	<p>Coleta e tratamento de esgoto sanitário</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proliferação de insetos</li> <li>• Epidemias</li> <li>• Poluição do ar, água e solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de Construção de rede de coleta de esgoto e estação de tratamento de esgoto</li> <li>• Cobrar do poder público e entidades ambientais ações voltadas para a educação e regularização ambiental</li> <li>• Realizar diagnóstico da situação de saneamento básico rural</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faltam: informações, conscientização, fiscalização</li> <li>• Falta de estrutura pública para atendimento (IEF, IGAM, SEMAD)</li> <li>• Falta assistência técnica do INCRA</li> </ul>	<p>Licenciamento/Regularização ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento desordenado</li> <li>• Redução das águas</li> <li>• Extinção de plantas e animais</li> <li>• Degradação do solo</li> <li>• Redução de produtividade</li> <li>• Assoreamento dos córregos, rios, lagoas e veredas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação ou fortalecimento de Comitês de Bacias</li> <li>• Outorga de uso de águas</li> <li>• Reverter multas para o município onde ocorrido o prejuízo ambiental multado</li> <li>• Adequação do licenciamento ambiental para a agricultura familiar.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientização da população</li> <li>• Falta de coleta</li> </ul>	<p>Lixo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lixão: degradação humana, poluição visual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de usinas de reciclagem de lixo</li> <li>• Implantação de</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• seletiva</li> <li>• Falta de usinas de reciclagem e decomposição</li> <li>•</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desperdício de material reciclável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• coleta seletiva</li> <li>• Projeto fr conscientização da população através da mídia (jornal, TV, rádio, panfletos, etc) e de visita as residências</li> <li>• Criação de leis com multa para quem joga lixo em locais inadequados</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso inadequado do solo</li> <li>• Desmatamento</li> <li>• Falta de práticas de conservacionistas</li> </ul>	<p>Assoreamento dos recursos hídricos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de água</li> <li>• Desvalorização da propriedade</li> <li>• Erosão</li> <li>• Perda da vegetação nativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de proteção de nascentes em parceria com IEF com arvores nativas (recomposição)</li> <li>• Projeto de recomposição de matas ciliares</li> <li>• Projeto de construção de Barraginhas em parceria com órgãos públicos (Prefeituras, Estado e União)</li> <li>• Elaboração de curso de manejo adequado do solo.</li> <li>• Assistência técnica dos órgãos ambientais.</li> <li>• Construção de poços artesianos</li> </ul>

Fonte: resultado da oficina de validação do PTDRS, 2010.

### Dimensão Socioeconômica

Destacamos que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), originalmente criado para medir o nível de desenvolvimento humano de países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula),

longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), tem em nosso território uma média igual 0,71, ou seja, considerado de médio desenvolvimento humano. Seus componentes apresentam médias de 0,80 (educação), 0,73 (longevidade) e 0,60 (renda). Os índices de educação e longevidade estão próximos à média estadual (0,850 e 0,759 respectivamente).

Fizemos durante o processo de qualificação do PTDRS uma ampla discussão sobre a dimensão socioeconômica do desenvolvimento sustentável, observando os problemas, suas causas e conseqüências e pensando coletivamente em linhas de ação, com os resultados expressos na tabela abaixo:

<b>Dimensão Socioeconômica</b>			
<b>Causas</b>	<b>Problemas/ Fato</b>	<b>Conseqüências</b>	<b>Linhas de Ação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Herança cultural: folia de Reis, Folia do Divino, Expoagros, Festa de São Benedito, Santo Antônio do Boqueirão</li> </ul>	Riqueza cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio ao turismo às festas religiosas tradicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da cultura</li> <li>Maior movimentação nas cidades</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Terra/solo das áreas de alguns assentamentos são de baixa fertilidade</li> <li>Falta de fiscalização das terras dos assentamentos</li> <li>Falta de recurso para investimento nos</li> </ul>	Uso inadequado das áreas de assentamento da Reforma Agrária: arrendamento, baixa produção agrícola, concentração da produção familiar no leite	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abandono dos assentamentos</li> <li>Venda dos lotes</li> <li>Êxodo rural</li> <li>Exploração das cooperativas de leite (Cooperva p, Itambé, Capull) ao AF</li> <li>Monocultura de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos que ajudem o Agricultor familiar na correção do solo e meios para irrigação das culturas</li> <li>Buscar meios auto sustentáveis para se desmembrarem das cooperativas de leite</li> <li>Fiscalizar as terras/lotes para coibir negócios</li> </ul>

<p>Assentamentos da Ref. Agrária</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade desunida; falta de organização dos assentados</li> </ul>		<p>terras arrendadas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prejuízo de recurso público</li> </ul>	<p>ilegais entre os posseiros da reforma agrária</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar capacitação para formação de associações para buscar benefícios e melhorias</li> <li>• Maior informação em relação a licenciamento</li> <li>• Investimento em educação e saúde.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mineradoras extraindo as riquezas, contaminando as águas, o solo, o ar, e os recursos repassados são mínimos</li> </ul>	<p>Destruição do meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição na faixa de idade</li> <li>• Alto índice de câncer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Denunciar as irregularidades das empresas que degradam o meio ambiente</li> <li>• Menos burocracia e mais agilidade na aprovação do PDA</li> <li>• Assistência aos acampados</li> <li>• Mais apoio e agilidade por parte do Incra.</li> </ul>

Fonte: resultado da oficina de validação do PTDRS, 2010.

### Dimensão Sociocultural e Educacional

Conforme já destacamos, o componente Educação, do IDH-M, é bom (0,830), mas o percentual da população com 15 anos ou mais analfabeta é de 15,3%, o que é um sério problema. A quantidade de responsáveis por domicílios, com menos de 4 anos de frequência à escola, quer dizer, analfabetos funcionais é grande, 45,5%, bem acima da média estadual. Quanto ao índice de alunos com idade entre 7 e 14 anos, matriculados nas escolas, em 53% dos municípios está mais alto que a média do Estado. Durante a apresentação do estudo propositivo no território (EP, 2006), os participantes questionaram a qualidade e principalmente a adequação do ensino e do currículo escolar à realidade do

homem do campo. Segundo eles a nucleação escolar afasta o adolescente e os jovens das atividades da zona rural, diminuindo a integração e o interesse desses alunos pela vida no campo. Outro aspecto é a falta de transporte e de infra-estrutura viária que contribuem para o abandono das salas de aula e aumenta a falta de interesse pelo estudo.

Por outro lado, os movimentos sindicais estão cada dia mais discutindo a educação no campo, pois entendem que, para transformar o agricultor em cidadãos conscientes torna-se necessário que as crianças e os jovens aprendam a lutar pelos seus interesses e da coletividade e sejam preparados para reivindicarem os seus direitos. Na opinião das lideranças, não há grandes mudanças sem educação, daí a necessidade das escolas compreenderem o seu importante papel no processo de Desenvolvimento Sustentável (EP, 2006).

O **ambiente educacional** tem iniciativas existentes, num importante esforço de construção de um modelo de educação para o campo, particularmente para a Agricultura Familiar. Esta iniciativa é a Escola Família Agrícola (EFA), situada no município de Natalândia. Ela visa suprir um grande vácuo existente, relativo à formação dos Agricultores Familiares. (Relatório de Qualificação, 2006). A Escola Técnica de Unaí foi citada como parceira histórica nesta discussão, além dos STRs. Entretanto não há informação mais ampliada sobre critério para acessar as vagas da EFA Unai.

Abaixo expressamos nossa discussão sobre esta dimensão do desenvolvimento sustentável:

<b>Dimensão Sociocultural Educacional</b>				
<b>Causas</b>	<b>Problemas</b>	<b>Conseqüências</b>	<b>Linhas de Ação (propostas)</b>	<b>Ação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta Informação geral para registro da Comunidade Quilombola</li> </ul>	Registro das comunidades quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>perda dos recursos disponíveis para melhoramento da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legitimação do registro da Comunidade Quilombola através da fiscalização e orientação</li> </ul>	do da de e de

		de	órgãos competentes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfraquecimento da educação no campo, falta de informação, conscientização e formação</li> </ul>	Desvalorização da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perda da intimidade do jovem rural com o meio e o crescimento do êxodo rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alocação de recursos públicos para o resgate da cultura quilombola</li> <li>• Buscar meios para melhorar a vida do pequeno produtor e a permanência do jovem no campo</li> <li>• Assistência Técnica diferenciada à agricultura familiar e formação do jovem no campo</li> <li>• Melhoria do transporte escolar</li> <li>• Adequação do currículo e calendário escolar para o meio rural</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de registros da história cultural e a perda da verdadeira identidade cultural</li> </ul>	Falta de certificação/ titulação/ reconhecimento da população quilombola	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desaparecimento das artes e ofícios (parteiras, benzedeiras).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Junto aos grupos existentes, resgatar práticas culturais tradicionais através de eventos, trocas de experiência, organização das associações</li> <li>• Melhoria do currículo escolar e programa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco envolvimento dos assentados com a construção coletiva da escola</li> <li>• Dificuldade de financiamento</li> </ul>	Enfraquecimento da EFA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• formação deficiente e a falta de valorização do jovem para permanência no campo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização de todo grupo envolvido (associação, poder público, sindicatos, assentamentos, UFU, funcionários, etc)</li> <li>• Fortalecimento da EFA e resgate da prática da educação no campo</li> </ul>



			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar a ATER nos assentamentos</li> <li>• Retomada da fruticultura pela Agricultura Familiar</li> </ul>
--	--	--	---

Fonte: resultado da oficina de validação do PTDRS, 2010.

### Dimensão Política Institucional

Na nossa construção de um entendimento coletivo sobre a dimensão política e institucional do desenvolvimento sustentável com a abordagem territorial, expressamos os resultados abaixo:

Dimensão Política Institucional			
Causas	Problemas	Conseqüências	Linhas de Ação (propostas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partidarismo</li> <li>• Mudança de mandatos</li> </ul>	Descontinuidade das ações das políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de continuidade das políticas públicas</li> <li>• Mudança de representações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais envolvimento do poder público e mais solidariedade entre as partes</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de interesse de algumas representações</li> </ul>	Ausência de Conselhos atuantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desinteresse de algumas entidades no trabalho conjunto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em formação e articulação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta verba</li> <li>• Falta articulação</li> <li>• Inadimplência</li> <li>• Burocracia na documentação</li> </ul>	Falta estruturação dos pequenos empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desestímulo</li> <li>• Incapacidade de gerir projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar o acesso ao crédito</li> <li>• Parceria com agências de crédito</li> <li>• Formação em gestão</li> <li>• Mais apoio político</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de diagnóstico</li> <li>• Falta de qualificação</li> <li>• Falta de</li> </ul>	Ausência de Projetos ligados a política de segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação inadequada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos de acordo com demanda específica</li> </ul>

informação e mobilização AF	alimentar		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldade em Busca e acessar por recursos anunciados, para cada município</li> </ul>	<p>Diversas instituições regionais não atuantes no Território apenas com aceno no colegiado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Êxodo nos momentos de reunião, seminários, plenarias</li> <li>Colegiado não atuante</li> <li>Desinteresse por projetos regionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior organização, união e articulação das entidades</li> <li>Fortalecimento do Colegiado: formação, reformulação, articulação</li> <li>Planejar agenda anual para reuniões e ações do Colegiado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de capacitação das entidades na gestão dos projetos</li> </ul>	<p>Associações rurais e urbanas desarticuladas Criadas apenas para acessar crédito</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inadimplência nos órgãos estaduais, federais, municipais, refletindo em descredibilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar os projetos em andamento (aceitação e resultados) antes de propor novos projetos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de interesse pelos atores envolvidos</li> </ul>	<p>Despreparo dos conselheiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Enfraquecimento das entidades civis</li> </ul> <p>Manipulação dos Conselhos pelo poder público</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar controle social</li> <li>Formação dos atores</li> <li>Fiscalização mais atuante</li> <li>Formação das lideranças da AF para atuação nos conselhos</li> <li>Fortalecimentos dos STR</li> </ul>

Fonte: resultado da oficina de validação do PTDRS, 2010.

Analisando-se de uma forma mais geral (Relatório de Qualificação, 2006), as condições institucionais encontradas no território, a situação é de que a sobrevivência da Agricultura Familiar é muito difícil numa região onde predomina agricultura irrigada e capitalizada, alinhada e promotora de um pacote tecnológico específico. (Relatório de Qualificação, 2006)

Além das discussões em torno do biodiesel, o turismo apresenta-se como atividade portadora de grande potencial econômico para toda a região, não apenas o Eco-turismo, já em voga, mas também o turismo histórico (já que Paracatu é a única cidade do noroeste de MG por onde passaram os Bandeirantes) e cultural. (Relatório de Qualificação, 2006).

Ainda considerando-se a análise da Plural (em 2006) o território conta com graves problemas ambientais, devido inclusive às grandes empresas mineradoras atuantes na região, cuja ação é fortemente poluidora. A ação poluidora das mineradoras aliada ao desmatamento para produção de carvão e à má qualidade das práticas agropecuárias no território, seja pela grande agricultura como o uso intensivo de pesticidas, o descarte inadequado, a erosão, ou pela Agricultura Familiar como a falta de conservação de nascentes, o plantio na região da mata ciliar, entre outros, tem gerado forte impacto sócio-econômico e ambiental no território. (Relatório de Qualificação, 2006).

Por outro lado, a indústria de mineração presente na região (principalmente a empresa RPM) tem sinalizado metas de expansão e interesse em agro-combustíveis (biodiesel). (Relatório de Qualificação, 2006). Adicionalmente, a empresa “CAMPO” (Companhia de Promoção Agrícola), sediada no município e executora do Prodecer, tem pautado e intermediado esta discussão ao nível federal entre os Governos Brasileiro e Japonês. (idem)

Na opinião dos segmentos de Agricultura Familiar, existe uma oportunidade importante que se abre com a questão dos biocombustíveis e a ação dos produtores familiares ainda está desordenada. Por outro lado, existe um receio justificado de novamente ficar atrelado a uma cadeia produtiva cujo controle fuja à Agricultura Familiar nos pontos mais importantes em termos de produção, processamento e comercialização. (idem)

Segundo o apontado no Relatório de Qualificação (2006) No território, existem experiências importantes para subsidiar a discussão pela AF: a cooperativa de Fruta Danta e a cooperativa de crédito de João Pinheiro, uma dentre as 7 cooperativas de crédito existentes no estado de MG (socialização da experiência, prós e contras, junto à Ciat), a relação de fornecimento de leite para a Coopervap (alternativas para melhorar a negociação) e a eventual

criação de uma cooperativa da AF para o leite e/ou para outros produtos relevantes para o território.

### **Identidade Territorial**

Hoje, grande parte dos municípios são ex-distritos tornando as diferenças pouco acentuadas e mantendo uma forte identidade cultural. Nossa identidade territorial está ligada a grande concentração da agricultura familiar e de assentamento da reforma agrária, caracterizam-se como um povo hospitaleiro e guerreiro, de uma região pouco habitada e com grande concentração de latifúndios; rico culturalmente, de grandes festas religiosas e tradicionais, com culinária especial; no aspecto ambiental, destacam predomínio do cerrado e veredas, grande concentração de recursos hídricos; porém com instituições fragilizadas e pouca articulação de atores sociais e entidades.

Deve-se destacar que no aspecto da subsistência, a Agricultura Familiar se viabiliza no território, pela agricultura de subsistência, produzindo **leite, farinha e artesanato**, o que deve ser aprofundado no PTDRS. Por exemplo, em 2006, os estudos detectaram que os agricultores sobreviviam fortemente da produção de leite, o que foi aprofundado em estudos no território especificamente sobre esta cadeia produtiva (PTCPC, 2010).

### **Visão de Futuro**

O que orienta os demais para a discussão acerca de onde queremos chegar é a nossa visão de futuro. O trabalho foi muito dinâmico e o grupo apresentou o desejo que no futuro haja a aprovação e execução dos projetos territoriais; com projetos de abrangência territorial, o que não acontece no território; que se realize maior articulação dos atores sociais, poder público e soc. Civil com continuidade, maior poder na administração dos benefícios do território e valorização da cultura local.

Chamou-se atenção para apoio à educação no campo com recursos direto para as escolas, aumento dos recursos do Proinfra, que todos os municípios consigam alcançar a mesma sincronia e trabalhem juntos, que as associações tenham maior apoio e autonomia, trabalhar na revitalização e preservação das veredas, impedir ações de agressão ao meio ambiente, maior fiscalização das licenças ambientais, reflorestamento das matas nativas, institucionalização das políticas territoriais para políticas públicas, garantia de saneamento básico, liberação mais recursos para habitação rural, projetos específicos para as mulheres.

### **Valores e Princípios para o desenvolvimento territorial**

Quanto aos princípios e valores necessários para se alcançar a visão de futuro, os participantes definiram que é fundamental a união, organização, participação, compromisso, disposição, controle social, formação, responsabilidade, celebração da Luta, valorização e dedicação as decisões e projetos do Território para alcançar resultados, acreditar e lutar pelas políticas do Território, e fortalecer o planejamento e avaliação

- ✓ **União**
- ✓ **Organização**
- ✓ **Participação**
- ✓ **Compromisso**
- ✓ **Disposição**
- ✓ **Controle Social**
- ✓ **Formação**
- ✓ **Responsabilidade**
- ✓ **Celebração da Luta**

- ✓ **Valorização e dedicação as decisões e projetos do Território para alcançar resultados**
- ✓ **Acreditar e lutar pelas políticas do Território**
- ✓ **Planejamento e avaliação**
- ✓ **Cooperação**
- ✓ **Compartilhar sem egoísmo**
- ✓ **Solidariedade**
- ✓ **Pluralidade**
- ✓ **Economia popular solidária**

### **As diretrizes principais**

Agricultura Familiar diversificada

Cultura e resgate da identidade cultural

Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

Valorização de gênero, raça, etnia e geração

Frisamos que a diretriz “valorização de gênero, raça, etnia e geração” é transversal a todos os eixos, devendo ser contemplada nas ações e projetos territoriais.

### **Eixos de desenvolvimento do Noroeste de Minas**

Linhas de ação em cada Eixo do desenvolvimento territorial

Eixo Agricultura Familiar diversificada

- ✓ fomentar a diversificação da produção;
- ✓ criar e fortalecer cooperativas de produção e de crédito;

- ✓ capacitar em gestão de cooperativas de produção e de crédito;
- ✓ divulgar o acesso às políticas de crédito – Pronaf Crédito, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem
- ✓ Estudo de viabilidade econômica ligado à comercialização;
- ✓ Identificar novos canais de comercialização;
- ✓ Infra estrutura para escoamento da produção
- ✓ Pontos de venda por municípios
- ✓ Acesso as políticas habitacionais de interesse social rural
- ✓ Valorização do agricultura familiar no currículo escolar

#### Eixo cultural

- ✓ resgate cultural popular e quilombola;
- ✓ promoção da Casa da Cultura do Território Noroeste de Minas;
- ✓ divulgação das atividades culturais

#### Eixo de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

- ✓ Plano de educação ambiental principalmente nas escolas;

#### Gestão ambiental no território.

Em Plenária, já na fase de validação do PTDRS, decidiu-se organizar em seis eixos estratégicos:

- 1) **Preservação ambiental**, que inclui o uso adequado da água e saneamento básico
- 2) **Geração de emprego e renda**, que inclui coleta seletiva
- 3) **Valorização da tradição através da cultura e educação**
- 4) **Apoio, parceria e valorização da agricultura familiar**
- 5) **Gestão e participação**

- Apresentação e divulgação das ações locais em âmbito territorial

## 6) Colegiado

- Registro da historia do colegiado para divulgação

### Projetos estratégicos e seus objetivos

Como resultado gerado das apresentações dos grupos, temos o seguinte produto gerado dos Eixos de Desenvolvimento, programas e projetos estratégicos.

<b>Eixo</b>	<b>Título do projeto</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Meta</b>
Geração de Emprego e Renda  E  Preservação ambiental	Projeto Territorial de reciclagem do lixo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerar emprego e renda para a população</li> <li>• Preservar o meio ambiente e sensibilizar as famílias para a coleta seletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientizar as famílias para a preservação do meio ambiente através das igrejas, associações, escolas e outras entidades</li> <li>• Capacitação dos envolvidos</li> <li>• Aquisição de espaço para a seleção do material coletado</li> <li>• Aquisição de balança para pesar o material reciclável e prensa de enfardamento</li> </ul>
Valorização da tradição através da cultura e educação	Fortalecimento da educação no campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a educação no campo através de práticas e técnicas agrícolas aprendidas nas escolas</li> <li>• Resgatar práticas culturais tradicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização das escolas do campo para a importância de valorizar a cultura do campo</li> <li>• Buscar o envolvimento efetivo de associações, sindicatos, famílias,</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o empreendedorismo voltado para a agricultura familiar</li> </ul>	<p>estudantes, poder público na construção da escola</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de eventos e espaços para trocas de informações</li> <li>• Incentivar os estudantes a levar para a escola o resultado das experiências na sua comunidade</li> <li>• Propiciar formação empreendedora através da capacitação e envolvimento de todos os estudantes, famílias, lideranças e órgãos representativos e poder público</li> </ul>
Gestão e Participação	Capacitação e valorização da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar os PMDRS e o PTDRS no município</li> <li>• Treinamento para pecuária leiteira</li> <li>• Capacitar de mulheres e jovens para preparar corretamente o solo e a forma correta do plantio</li> <li>• Capacitar agricultores para a comercialização dos produtos através dos programas PNAE, PAA dentre outros</li> <li>• Obter informações das entidades bancárias ao produtor quanto a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a produção e melhoria de vida do pequeno produtor com sustentabilidade</li> <li>• Melhorar a participação das mulheres e jovens no campo</li> <li>• Fortalecer as associações e cooperativas, sindicatos para melhoria na produção rural</li> <li>• Criar rede de produtores voltadas para a agricultura familiar.</li> </ul>

		<p>forma de pagamento e negociações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer o associativismo e o cooperativismo</li> </ul>	
<p>Apoio, parceria e valorização da agricultura familiar</p>	<p>Qualificação do acesso ao crédito</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar o acesso ao crédito para o agricultor familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e conscientização do Pronaf (Cartilha do Pronaf)</li> <li>• Revisão da assistência técnica, buscando ATER para a reforma agrária</li> <li>• Oficinas de planejamento da propriedade (SENAR)</li> </ul>
<p>Apoio, parceria e valorização da agricultura familiar</p>	<p>Beneficiamento da Produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento da demanda para acesso e capacitação ao crédito</li> <li>• Assistência técnica continuada</li> <li>• Implantar e abranger o Pronaf mulher e o Pronaf jovem</li> <li>• Garantir acesso aos projetos educacionais e expandir as escolas família agrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A participação de todos os municípios do território no beneficiamento da produção</li> </ul>
<p>Apoio, parceria e valorização da agricultura familiar</p>	<p>Habitação rural</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção, ampliação e reforma de habitação rural.</li> <li>• Melhoria da qualidade de vida da AF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de projetos de habitação rural</li> <li>• Desburocratização do acesso ao crédito de habitação rural</li> </ul>

### Organização do Colegiado Territorial

Em relação ao colegiado, o grupo entende como a representação das instituições públicas, sociedade civil e setor privado. Apontaram que a estrutura colegiada deste Território é formada por núcleo técnico, câmara técnica (nos eixos: educação, cultura, infra-estrutura, ações fundiárias, apoio a gestão, organização da produção, saneamento e saúde) e coordenação executiva. Disseram também que são atribuições do colegiado: discutir, elaborar e implementar as ações territoriais com monitoramento e avaliação, bem como exercer o controle social (Relatório, maio 2010)

Em 2006 foi destacado que em termos da articulação política, existiam duas Comissões para o Desenvolvimento Sustentável no território: a CIAT apoiada pela SDT e a Coten, patrocinada pela FAO. A Coten foi criada anteriormente e seu presidente a representa na CIAT. (Relatório de Qualificação, 2006).

## **COLEGIADO TERRITORIAL**

### **PODER PUBLICO FEDERAL:**

- MDA (RICARDO OLIVEIRA)
- MDA (BIODIESEL – WAGNER MATOS)
- MDA (ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS MULHERES):  
MARGARIDA ALVES
- MME – (LUZ PARA TODOS): JAMIR ANDRADE
- BANCO DO BRASIL (GERENCIA REGIONAL)
- BNB: ERENITO
- IFTM – CAMPUS PARACATU
- IFNMG – CAMPUS ARINOS

08 REPRESENTANTES

### **PODER PUBLICO ESTADUAL:**

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

02 REPRESENTANTES

### **PODER PUBLICO MUNICIPAL:**

-CONSORCIO DAS BACIAS DO URUCUIA E CARINHANHA – IRENE GUEDES

- PREFEITURAS MUNICIPAIS:

MICRO ARINOS

- ✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS

✓ LEGISLATIVO DA MICRO: JOSÉ IDELBRANDO FERREIRA DE SOUZA

- MICRO JOÃO PINHEIRO

✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO

✓ LEGISLATIVO DA MICRO: OSMAR BATISTA DA CONCEIÇÃO

- MICRO PARACATU

✓ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU

✓ LEGISLATIVO DA MICRO: CHARLES

07 REPRESENTANTES

**SOCIEDADE CIVIL:**

- SEBRAE – MG PARACATU E UNAÍ

-CARITAS DIOCESANA DE PARACATU: JOÃO PAULO DA SILVA COUTO

-COOPERFRUTA

-APIMEL – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE MEL: ELTON CRUVINEL

-COORIACHO – COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE RIACHINHO: JOÃO DOS REIS SILVA

-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS CARAPINAS (PARACATU): LUCIANO CAMPOS CAMBRÔNIO

-APPR ASSOCIAÇÃO DO VALE DO SANTA MARIA II: FUTRICA

-APAAR – ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ARINOS E REGIÃO

-CENTRAL VEREDAS: MARIA FERREIRA (FIINHA)

-COOPERFAN – COOPERATIVA MISTA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DO NOROESTE DE MINAS: ROBERTO RIBEIRO

-MICRO ARINOS (REPRESENTAÇÃO SINDICAL)

- ✓ STR – ARINOS: ALBERTO
- ✓ STR – URUCUIA: DOMINGAS
- ✓ STR – RIACHINHO: JOSÉ RIBEIRO

-MICRO JOÃO PINHEIRO (REPRESENTAÇÃO SINDICAL)

- ✓ STR – SANTA FÉ: JEOVÁ
- ✓ STR – JOÃO PINHEIRO: CELSO
- ✓ STR – BONFINÓPOLIS DE MINAS – ARGILEU

MICRO PARACATU (REPRESENTAÇÃO SINDICAL)

- ✓ STR – PARACATU
- ✓ STR – VAZANTE: ELÍCIA
- ✓ STR – PRESIDENTE OLEGÁRIO: MARIA JOSÉ

-FETAEMG – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PÓLO NOROESTE: JOSÉ DOS REIS

-ADESA – FRANCISCO

-CEDESC – JOSÉ HUMBERTO

-AGÊNCIA VALE DO URUCUIA: RONEY ALVES PEREIRA

-CONSAD (URUCUIA GRANDE SERTÃO)

Total: 24 REPRESENTANTES

### **A gestão social do PTDRS**

Conforme visto na Plenária Territorial, realizada em abril de 2008, o colegiado tem a seguinte estrutura para gestão social:

### **NUCLÉO GESTOR**

REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO:

- 1- EMATER – SEBASTIÃO DORNELAS
- 2- AMNOR –
- 3- CONSORCIO DAS BACIAS DO URUCUIA E CARINHANHA – IRENE GUEDES

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- 1 - FETAEMG – JOSÉ DOS REIS
- 2 - CEDESC – JOSÉ HUMBERTO
- 3 - ADESA – FRANCISCO

**NÚCLEO TÉCNICO:**

- 1) EMATER-MG
- 2) CÁRITAS DIOCESANA DE PARACATU
- 3) FETAEMG
- 4) CEDESC
- 5) ADESA
- 6) AGÊNCIA DO VALE DO URUCUIA
- 7) TERRITÓRIO DA CIDADANIA – JOAQUIM CARLOS MENDES
- 8) IFTM – CAMPUS PARACATU
- 9) IFNMG – CAMPUS ARINOS

**Monitoramento e Avaliação do PTDRS**

Uma estratégia de monitoramento de ações do PTDRS para avaliação de resultados por parte do colegiado territorial envolve o Acompanhamento do que foi programado e executado ao longo dos anos de atividade com avaliação periódica tanto dos projetos como da Programação realizada, com verificação

das metas. Envolve a proposição de mecanismos para discussão com a base da população beneficiada diretamente pelas ações, com comprometimento mútuo, tanto de quem executa os projetos quanto das comunidades que recebe seus benefícios. O processo de monitoramento e avaliação deve estabelecer ou indicar uma proposta de atividade contínua, com responsabilidades assumidas e compromissos muito bem definidos, de modo que o mesmo possa ser constantemente revisto e aprimorando, incorporando os acúmulos proporcionados pela aprendizagem do processo de planejamento, que deve ser contínuo e permanente.

### **Estratégia de Apropriação e Divulgação do Plano Territorial**

Para a estratégia de divulgação do PTDRS, queremos um Evento de lançamento, no território, no Estado e em nível nacional, com produção do material a ser publicado, troca de experiência com outros territórios. É importante tornar o documento conhecido e incorporado ao Território como um todo, atentando-se para sua estrutura, tamanho, conteúdo e linguagem, mais adaptadas ao público envolvido, buscando a discussão do Plano Territorial nas instâncias locais, em cada município. A maioria dos PTDRS não explicita uma estratégia de divulgação do mesmo, mas ela é importante, pois, dá visibilidade ao documento, comprometendo os atores sociais (PTDRSS, 2009). O colegiado entende como importantes as seguintes ações:

- Comunicação:
  - Impressão e distribuição do PTDRS
  - Publicização: acesso virtual ao PTDRS em site do Território
  - Criação de grupo de e-mails dos participantes das atividades territoriais para fortalecer a rede virtual
  - Criação de jornal escrito periódico
- Divulgação:



- Audiências municipais (acionar as Câmaras Municipais)
- Audiência pública nas tres microrregionais
- Audiência na AMNOR (Associação dos Municípios do Noroeste) para lançamento do Plano Territorial
- Formação
- Oficina colegiada para fortalecer o PTDRS no Colegiado.

### **Fontes de Referência para construção participativa do PTDRS**

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível na <http://www.pnud.org.br/atlas/>

EP - Estudo Propositivo para Dinamização Econômica para o Território Rural do Noroeste de Minas. SDT/MDA / Maria do Carmo Santos Teixeira, janeiro de 2006. 90 pág.

GUIA de Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais / SDT-MDA, Brasília: 2010. 42 p.

Plano Safra Territorial (PST): Território Noroeste de Minas. Plural Cooperativa - SDT-MDA / Marcelo Miná Dias. Viçosa-MG, 2007. 78 pág.

PTCPC - Plano Territorial de Cadeia de Produção Cooperativa: Leite. Território da Cidadania Noroeste de Minas: CEADES - Centro de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento Territorial / MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Leonardo Ventura de Araújo e Rogério Delamare Coutinho Ruas, março de 2010. 56 p.

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Caparaó (ES): Consórcio Caparaó / MDA, contrato de repasse 0171020-39/2004: Caparaó (ES) /Alexandre José Firme-Vieira, novembro de 2009. 70 pág.

Relatório de Qualificação - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Noroeste de Minas Gerais: subsídio às discussões do colegiado territorial / Plural Cooperativa - SDT-MDA convênio 013/2005. São Paulo-SP, novembro de 2006. 59 pág.

Relatório de atividades - 1ª oficina para qualificação do PTDRS Noroeste de Minas. APTA/SDT/MDA: Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Paracatu - MG. Março de 2010. 12 p.

Relatório de atividades - 2ª oficina para qualificação do PTDRS Noroeste de Minas. APTA/SDT/MDA: Nágila Steffânia Costa, Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Presidente Olegário - MG. Maio de 2010. 24 p.

Relatório de atividades - 3ª oficina para qualificação do PTDRS Noroeste de Minas. APTA/SDT/MDA: Nágila Steffânia Costa, Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Formoso - MG. Junho de 2010. 27p.

Relatório de atividades - Oficina para validação do PTDRS Noroeste de Minas. APTA/SDT/MDA: Alexei Bastieri e Paula Pereira Libório. Setembro de 2010.

# ANEXOS

**Participantes da elaboração do PTDRS**

Adalberto Ap. Ferreira Lima  
Adolfo Moreira da Silva  
Adriana Pereira Xavier  
Alonso da Silva Couto  
Angela Maria da Silva  
Antônio Augusto Miranda de São José  
Antônio Jason Berto  
Antônio Mendes da Silva  
Antônio T. Gomes da Silva  
Aparecida Barbosa dos Santos  
Barlês Barbosa de Oliveira  
Berenice Alves Ferreira  
Claudet Ribeiro Alves  
Cleonice Ferreira de Sousa  
Damiana Loudes da Cruz Oliveira  
Edilene Mendes da Silva  
Elenir Pereira de Jesus  
Eliana Faria de Araújo  
Elícia S. Pado  
Elídio Perdigão Rocha  
Emerson Chamone Nascimento  
Eva Mendes Monteiro  
Eva Neres dos Santos  
Everaldo Gonçalves  
Expedito Monteiro Rezende Júnior  
Fábio José de Souza Oliveira  
Fátima Borges dos Santos  
Francisco Pinto da Silva  
Geraldo Regis  
Geraldo Wagner de Matos  
Ione Souza Moreira  
Ivanilson Ferreira da Silva  
João Mendes da Silva  
João Paulo da Silva Costa  
Joaquim Carlos Mendes dos Santos  
Jonas Barbosa dos Santos  
José dos Reis Pereira  
José Humberto Ferreira de Sousa  
José Paulo da Silva Couto  
José Simão Porto  
José Valmir Rosa  
José Welliton F. de Oliveira  
Josébias Ferreira da Silva  
Joviana Pereira de Araujo

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Noroeste de Minas (MG)

Laura Abadia da Silva Branco  
Laura Damiane Martins  
Leidileia Moraes da Silva  
Leonardo José Silveira  
Leonardo Ventura de Araújo  
Lídia Delfina  
Luciana R. Navarro Cardoso Vale  
Luciano Pereira de Almeida  
Luiz Gonzaga de Araújo  
Malva Glória de Queiroz  
Margarida Alves Vieira  
Maria Antônia Costa Nogueira  
Maria Domingas Alves de Brito  
Maria Ferreira dos Santos Lima  
Maria José Felisberto  
Maria Odete Faria Araujo  
Maria Olga G. da Silva  
Maria Silva Carneiro Pimentel  
Maria Zaide de Souza Soares  
Mauro César  
Mauro Ianhez  
Nágila Steffânia Costa  
Neurivam Pereira Farias  
Nívia Guimarães da Silva  
Ozorio Pereira dos Santos  
Paula Pereira Libório  
Paulo César Camargos  
Paulo Mareketto  
Pedro Barbosa dos Santos  
Pedro de Souza Barbosa  
Ricardo Alves de Oliveira  
Rodrigo Bispo de Jesus  
Rômulo Matos dos Santos  
Rômulo Seabra Resende  
Roney M Pereira  
Rosa Alice Cardoso de Oliveira  
Rosa Célia Araújo  
Rosa Ferreira da Silva  
Silvio R. B. Almeida  
Simone Amorim de Souza  
Valdinézia Izaias Pereira  
Vanda Helena Guimarães  
Welson Souza

